



GT 003. A luta pelo espaço nos centros urbanos contemporâneos

Urpi Montoya Uriarte (Universidade Federal da Bahia) - Coordenador/a, Cornelia Eckert (UFRGS) - (Coordenador/a), Cristina Patriota de Moura (Universidade de Brasília) - Debatedor/a, Luísa Maria Silva Dantas (PPGAS/UFRGS) - Debatedor/a, Ana Luíza Carvalho da Rocha (Universidade Feevale/RS) - Debatedor/a

Nos centros urbanos convivem uma grande quantidade de espaços vazios desocupados e pessoas morando nas ruas, prédios abandonados e cortiços superlotados, edifícios restaurados e ruínas urbanas, imóveis ocupados por refugiados de todos os tipos, territórios de legalidades e ilegalidades. Neste espaço de múltiplas contradições e conflitos se livram, na atualidade, de forma aberta ou difusa, uma luta violenta e desigual pelo espaço, protagonizada por racionalidades opostas e lógicas complexas, formas distintas de entender a ordem, de habitar e de circular, de rememorar, de usar ou contra-usar. Projetos de reabilitação, revitalização, gentrificação, empreendedorismo e ordenamento urbano intervêm no espaço público usado por milhares de pessoas para sobreviver e nos prédios habitados por aqueles outros tantos que mal conseguem sobreviver. O capital destrói, constrói ou reconstrói ali onde lhe é conveniente enquanto os habitantes e usuários do centro se refugiam em espaços opacos, nas dobras dos espaços abstratos, construindo e reconstruindo suas formas de habitar os lugares centrais. O objetivo deste grupo de trabalho é congrega os diversos tipos de abordagens etnográficas que revelem e discutam a complexidade e os antagonismos que se defrontam nos centros urbanos contemporâneos, a "guerra de lugares" que se processa nele e as formas de entender o que é o centro e como habitá-lo.

Posso perder a carteira, mas não perco a identidade?: a linguagem da pichação como forma de ação e reapropriação na cidade do Rio de Janeiro.

Autoria: Vinícius Moraes de Azevedo

Misteriosas assinaturas monocromáticas feitas com spray de tinta que aparecem repentinamente em diferentes alturas e superfícies da cidade são alguns dos elementos centrais que compõem o visual do ambiente urbano carioca. É impossível circular pelas ruas, sobretudo as das regiões periféricas da cidade, sem encontrar paredes repletas de pichações. Indivíduos, majoritariamente homens, de diferentes níveis econômicos e educacionais, são os autores dessas caligrafias proibidas. Com o objetivo de garantir notoriedade entre seus pares, eles espalham seus nomes e criam uma forma específica de se comunicar usando o corpo da cidade como seu suporte base. Trata-se de uma linguagem codificada que só pode ser acessada pelos iniciados nessa cosmologia. No contexto de urbanização espetacular observado no Rio de Janeiro, a linguagem da pichação é compreendida como antagônica à noção normativa de uso apresentada pelos setores hegemônicos da sociedade. Esse é um dos fatores do complexo jogo de valores que faz com que a pichação e seus praticantes sejam violentamente combatidos por seus opositores. Para sobreviver e dar vida a uma estética construída coletivamente, os pichadores elaboram uma lógica específica de ocupação dos espaços. Essa metodologia de (re)significar o ambiente urbano, tanto com o corpo como com suas assinaturas, consiste em uma atuação noturna e furtiva na qual meus interlocutores visam paredes e muros que garantem destaque visual e durabilidade para as pichações. Eles fazem uso de brechas e realizam manobras com o intuito de driblar o moderno sistema de segurança citadino. O corpo não pode ser visto, mas deixa a marca de sua presença em diversos espaços e alturas da cidade. Imersos na atividade de produção de seus nomes, esses interlocutores iniciam trajetórias que entendo como carreiras na pichação. São processos de progressão sequencial, marcados por etapas de transição, isto é, mudanças significativas



dentro de um sistema, a afetar diretamente o indivíduo e sua subjetividade, e alterar, portanto, seus projetos, sua forma de atuação, de uso do ambiente urbano e sua significação. O objetivo central do work é, através da pesquisa etnográfica, compreender como indivíduos socialmente estigmatizados obtêm prazer, reconhecimento e satisfação pessoal através de uma prática que, em aparência, oferece mais problemas do que benefícios. Nesse contexto, abordo a pichação como código comunicacional, ação política de ocupação do território, e forma de reconhecimento e lazer, a engendram especificidades da cultura de rua carioca. Nesta comunicação, apresento as questões centrais da dissertação. Essas problematizações serão apontadas através da exibição de material iconográfico.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

